



MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO
FABS-RPPS

Ata nº 05/2015

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2015, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pelas Portarias nº 69/SG/14 e 48/SG/2015. Presentes os **TITULARES**: Luiz Ghellar, Eliseu Morin, Michael Gindri Bueno, João Batista Rodrigues da Silva, Renato Alves Ribas, Alfredo Amaral Obregon, Sandra Maria Back Ferreira. **SUPLENTE** : Rosani M L Stocker, Rosemari Machado, Jeferson Toniazzo, Guilherme Rademacher Aiolfi, Daiani Mello dos Santos. O Sr. Presidente deu início a reunião, para tratar da Política de Investimentos, passando a palavra para a Gestora Financeira Sandra Maria Back Ferreira, que explanou o relatório formulado pelo Comitê de Investimentos, que atende às normas relativas aos investimentos de RPPS. Lido e aprovado, expedese a resolução número 01/2015, que aprova a Política de Investimentos para 2016.

O Conselheiro e Secretário da Fazenda Eliseu Morin, protocolou o ofício nº 25/SEFAZ/2015, para colocar em pauta na presente reunião, para apreciação e autorização pelo COADFABS a anuência para o Poder Executivo renovar contrato de venda da Folha de Pagamento com a Caixa Econômica Federal. O mesmo explanou sobre o contrato no valor previsto de R\$1.650.000,00, sobre as sérias dificuldades que o Executivo está enfrentando para pagar o décimo-terceiro e folha do mês de dezembro de 2015, de seus servidores. Assim, todo o recurso antes citado entraria direto e somente para o Poder Executivo. No ano de 2012, o FABS recebeu em aporte decorrente da mesma espécie de contrato R\$300.000,00. O Sr. Presidente, colocou em discussão o assunto, que foi amplamente discutido pelos presentes, foi apresentada uma informação técnica da DPM de 2008 nº 1830, que trata desse assunto, onde fica claro que a falta do aporte não constitui Renúncia de Receita, e que isto decorreria de juízo de conveniência e oportunidade mas não de imposição legal, tendo em vista a forma de constituição do RPPS Municipal, que se coaduna com o de Santo Ângelo. Todos os presentes entendem pela **APROVAÇÃO DA ANUÊNCIA**, e possível assinatura pelo Presidente do referido Contrato com a Caixa, ficando integralmente os valores com o Poder Executivo.

Nada mais havendo a contar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.

Alfredo A. Obregon

Luiz Ghellar

Eliseu Morin

Michael Gindri Bueno

João B. R. da Silva

Renato Alves Ribas

Sandra M. Back Ferreira

Rosani M^a Lima Stocker

Guilherme Rademacher Aiolfi

Rosemari Machado

Jeferson Toniazzo

Daiani Mello dos Santos

Renata Bohn



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

Ofício nº 25/SEFAZ/2015

Santo Ângelo, 10 de dezembro de 2015.

Ilmº. Sr.
Alfredo do Amaral Obregon
M.D. Presidente do COAFABS
Nesta


Senhor Presidente,

Pelo presente solicitamos colocar em pauta na presente reunião, para apreciação e autorização do Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Benefício do Servidor - COAFABS a anuência para o Poder Executivo renovar o contrato de venda da Folha de Pagamento para a CEF.

Como no processo que ocorreu em 2012, o FABS foi parte anuente no contrato, diante disso solicitamos a assinatura de anuência para repactuarmos a venda da folha.

Sendo o que se apresenta para o momento para o momento renovamos nossos votos de consideração e apreço.


Eliseu Morin
Secretário Municipal da Fazenda.

Recebido em 16.12.15




DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

Porto Alegre, 06 de agosto de 2008.

INFORMAÇÃO N.º 1830

Interessado: Município deRS, Poder Executivo.
Consultante:
Destinatário: Prefeito Municipal.
Assunto: Alienação da folha de inativos e pensionistas. Repasse de valores ao RPPS.
Ementa: Estando o RPPS constituído na modalidade de Fundo, em princípio não há disposição legal que imponha ao Município vincular aos seus objetivos – do Fundo - os valores decorrentes da alienação da folha de pagamento dos servidores, mesmo que a avença tenha apanhado a folha dos inativos e dos pensionistas. Trata-se, em verdade, de recurso livre, não vinculado. Considerações.

Por correio recebemos cópia do Ofício nº 005-2008, REGISTRADO
SOB Nº 35.165-2008, com consulta nos seguintes termos:

Ao cumprimentarmos Vossa Senhoria, solicitamos Parecer sobre o seguinte:

- O Município de Sobradinho firmou contrato com o Banco do Brasil visando o gerenciamento da folha de pagamento dos servidores municipais, tendo recebido o valor equivalente, ainda no mês de dezembro de 2007. Neste contrato estão inclusas as folhas de pagamento dos servidores Inativos e pensionistas, os quais são pagos pelo Fundo de Previdência. No momento da assinatura do referido contrato o Fundo de Previdência não foi reembolsado com nenhum valor que corresponderia ao percentual da folha dos Inativos e Pensionistas.

Diante do exposto solicitamos orientações de como poderíamos proceder junto ao Executivo Municipal a fim de que o Fundo de Previdência Municipal de Sobradinho, possa ter reembolsado o valor da negociação correspondente ao percentual da folha de pagamento dos servidores Inativos e Pensionistas.



DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

Examinada a matéria, opinamos:

1. Preliminarmente, destacamos que não nos foi encaminhada nenhuma documentação referente à matéria, seja o contrato referido na consulta seja a Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência – RPPS, cuja cópia não conta em nosso arquivo de Leis e também não foi encontrada na página do Tribunal de Contas do Estado na internet.

Sendo assim, a opinião que segue é preliminar e parte de algumas premissas, quais sejam a de que o Regime Próprio de Previdência – RPPS do Município é constituído na modalidade de Fundo, ou seja, sem personalidade jurídica, e de que a Lei que o regulamenta não traz dispositivo vinculando compulsoriamente ao Fundo Previdenciário a receita decorrente do “gerenciamento” da folha de inativos e pensionistas ou condicionando a assinatura, pelo Município, de contrato dessa natureza, à aprovação dos Conselhos Administrativo, Fiscal e/ou Previdenciário do RPPS.

2. Com efeito, se assim for, entendemos não haver base legal que imponha ao Município vincular os valores decorrentes do contrato referido aos objetivos do Fundo Previdenciário, sendo de destacar que este Fundo, por não ter personalidade jurídica, também não poderia figurar como parte na avença. Ou seja: somente ao Município compete efetuar contrato dessa natureza, sendo que o recurso que daí advém constitui receita pública não vinculada ao RPPS, mesmo que o contrato tenha abarcado a folha de inativos e de pensionistas. O Fundo, na verdade, é mera dotação orçamentária. Sua constituição e operacionalização seguem, além das normas próprias da previdência pública, o disposto nos arts. 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320-1964¹, que dispõe sobre a contabilidade pública.

1 Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a turnos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.



DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

Somar experiências para dividir conhecimentos

3. Em que pese não haver impedimento legal para que o Município destine ao RPPS, como aporte de recursos, valor proporcional à participação dos inativos e pensionistas na composição do valor final do referido contrato, o que, inclusive, abateria o valor de eventual passivo atuarial e financeiro, medida deveras salutar, isso decorre, a nosso ver, de juízo de conveniência e oportunidade, e não de imposição legal.

São as informações, smj.

JÚLIO CÉSAR FUCILINI PAUSE
OAB/RS N° 47.013

ERNANI IGNÁCIO DE OLIVEIRA
CRA/RS N° 64

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

www.dpm-rs.com.br